



Anais da Assembléia

N.º 31

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 41.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE ABRIL DE 1976.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Gabriel Manoel e Werner Wanderer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Ernesto Dal'Oglio e Werner Wanderer (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Deni Schwartz, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 06/76.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor David Stivelberg, ocorrido hoje nesta Capital.

O extinto era membro de tradicional família desta cidade e o seu passamento foi profundamente lamentado.

Requer, igualmente que este ato, seja participado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976.

a) David Federmann.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Senhor Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, no sentido de determinar ao INCRA, para que a taxa do FUNRURAL, seja recolhida, nas transações de compra de imóvel rural em nome do comprador.

Requer, outrossim, que da aprovação deste seja dada ciência ao nobre Vereador JOÃO AGUIAR, na Câmara Municipal de Pitanga.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976.

a) Jurandir Messias.

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, seja enviado expediente à direção da Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB -, encarecendo a revogação da portaria que proibiu a inclusão de gorjetas para os garçons nas notas de despesas em hotéis e restaurantes.

Justifica-se a presente solicitação com a imperiosa necessidade de se fazer justiça à laboriosa e sacrificada classe.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976.

a) Osvaldo Macedo.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sabemos das grandes dificuldades dos distritos pujantes, cuja população vem sempre reclamando pela instalação de uma agência bancária. E sabemos da dificuldade em conseguir junto ao Banco Central patente para a abertura de agências bancárias nos distritos.

Tivemos a oportunidade de tomar conhecimento de um pronunciamento feito pelo eminente Deputado Norton Macedo Correia, na Câmara Federal, e no dia 19 de abril publicado no "Diário do Paraná", em que faz uma solicitação ao Banco Central no sentido de que autorize as agências instaladas nos municípios, para que instalem sub-agências na sede dos distritos.

Acho que é uma maneira de dar melhor atendimento aos distritos, principalmente aos comerciantes que encontram dificuldade em fazer operações comerciais por falta de agências bancárias que contribuam para o desenvolvimento de pequenas comunas.

A publicação pede a instalação de sub-agências do Banco Central e estamos encaminhando à Mesa um requerimento nos seguintes termos:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Direção do Banco Central, em apoio à solicitação feita em discurso pronunciado na Câmara Federal pelo Deputado paranaense Norton Macedo à Direção daquele Banco Central, e publicado no jornal "DIÁRIO DO PARANÁ" de 14 do corrente, apelo no sentido de que sejam autorizados aos estabelecimentos bancários que possuam agências nas sedes dos municípios, abrirem sub-agências nas sedes dos distritos que possuam condição para tal, vinculadas ao estabelecimento da sede municipal.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976."

Sr. Presidente, creio que esta medida paliativa virá dar o atendimento desejado à população dos distritos de nosso Estado e por esta razão fazemos um apelo pedindo o apoio da Casa no encaminhamento deste expediente ao Banco Central.
— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Fruet) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, segundo orador inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Propomos à sessão de hoje requerimento com as seguintes características: (Lê):
“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, respaldado pelo Regimento da Casa, requer ouvido o Plenário, que se oficie expediente ao Senhor Governador do Estado, apelando junto ao mesmo para que proceda visita, com urgência, ao município de Altônia.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976.”

Eis as justificativas, Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê)

“A água é elemento natural vital à existência humana.

Em nosso Estado, a natureza é pródiga em sua distribuição, apresentando-o com fontes abundantes, rios e córregos que o cortam aqui e acolá, enfim, com manancial inesgotável do precioso líquido.

Entretanto, pasmem SENHOR PRESIDENTE, SENHORES DEPUTADOS, um absurdo, digno de figurar na sempre lembrada seção “O IMPOSSIVEL ACONTECE”, da já extinta revista o CRUZEIRO, vem de ocorrer justamente em um dos municípios que vem apresentando continuamente, os maiores índices de crescimento e de enriquecimento em todos os sentidos, participando destarte, no processo de desenvolvimento do Paraná e do Brasil. Referimo-nos a nada menos que ao município de ALTÔNIA, no extremo-noroeste do Paraná.

Ridículo e lamentável o que trazemos ao conhecimento dos Senhores Deputados.

Saibam todos então, quanto a isto ouvirem que a laboriosa população da cidade de Altônia, vem sendo abastecida com água transportada por carros particulares e por um carro-tanque da Prefeitura Municipal, em condições amplamente anti-recolhida em um córrego que dista mais de três km da cidade.

É ponto pacífico para discussão, a qualidade da água que se bebe em Altônia, uma vez que pela sua natureza é fácil deduzir sua imprestabilidade ao consumo humano.

Aí, no que acima expomos reside o lamentável.

Mas, pasmem novamente, ilustrados Pares, ALTÔNIA já conta, a tempo, com sua rede urbana de abastecimento de água, devidamente implantada, mas cuja capacidade é discutível, pois serpa alimentada por apenas dois poços artesianos, insuficientes para atendimento ao número de ligações já registrado.

Para coroar o descalabro desse estado de coisas, denunciemos o que se pode chamar de CÚMULO DO RIDÍCULO: O sistema de abastecimento de água, construído pela SANEPAR obedecendo o projeto por ela própria elaborado, só será inaugurado COM A PRESENÇA DO EXMO. SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ.

Aí a razão de nosso apelo: Que o Sr. Jayme Canet Júnior, programe, que faça constar de sua extensa agenda de compromissos para visitas às cidades interioranas, mas que dê caráter de prioridade à cidade de ALTÔNIA. Certamente, a presença do Governador em ALTÔNIA será mais uma de suas viagens estéréis e políqueiras, que o tem levado à constantes, dispendiosas e desnecessárias visitas ao Interior.

Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Conjuntamente, com senso, inteligentemente, analisemos a situação de ALTÔNIA. Padece sede com o jarro na mão. Mata-a com água nociva à saúde. São hotéis, bares, restaurantes, casas comerciais, estabelecimentos industriais que amargam a duras penas, a insensatez criminosa, hedionda, pernóstica e prejudicial de homens irresponsáveis e inconsequentes, destituídos de quaisquer sentimentos de respeito pelo semelhante e

pela coisa pública. Também os mais de mil alunos do Ginásio Estadual sofrem as penúrias da falta de água. É CRIME IRREPARÁVEL, PASSIVO DA CONDENAÇÃO DE DEUS E DOS HOMENS, ATENTAR CONTRA A SAÚDE DO POVO.

E, referindo-nos então ao Ginásio Estadual, Senhor Presidente, Srs. Deputados, denunciemos agora, para que os Senhores compreendam e irmanem-se em nossa indignação, que, o edifício para sediar esse estabelecimento de ensino, também já concluído a algum tempo, mas que só agora, no último dia treze, foi entregue aos jovens estudantes de Altônia, que ficaram até agora, à espera do Governador do Estado, para sua inauguração oficial. É o cúmulo do absurdo, do ridículo, da insensatez, da irresponsabilidade, e do desrespeito ao povo altoniense.”

Não há necessidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de outras considerações para justificar esta proposição, além do que aqui vai escrito neste documento que passaremos a ler para conhecimentos da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos apresentar, nesta tarde, um requerimento de nossa autoria, formulando apelo ao Sr. Ministro dos Transportes. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, apóia ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade federal autorize ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a revisar e reparar a Rodovia BR-476, no trecho compreendido entre a cidade de São Mateus, (km120) até a Capital do Estado, inclusive no seu acostamento.

A abertura da Rodovia BR-153, trecho União da Vitória Erechim (RS), aumentará demasiadamente o trânsito da BR-476, e a mesma não vem comportando tal acréscimo de rodagem, levando-se em conta que a isto soma-se o movimento de veículos oriundos do Sudoeste paranaense e do Oeste catarinense.

Se não tomar urgentes providências, brevemente acontecerá um colapso no escoamento dos produtos da região pela paralização desta rodovia, que vem permitindo o tráfego já precariamente.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1976”.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde a semana passada estamos acompanhando nesta Casa os discursos dos ilustres Deputados Rosário Pitelli, Gabriel Manoel e Benedito Lúcio Machado, referentes aos Prefeitos.

Em aparte que demos ao Deputado Rosário Pitelli dissemos que onde há fumaça, há logo fogo. Estamos certos que há um desajuste político, que há corrupção política. É lamentável que se traga a esta tribuna ocorrências tão graves contra homens que foram eleitos pelo povo, contra homens da confiança do povo, como é o caso das cidades de Jacareizinho, Cornélio Procópio e Cambará. O Prefeito de Cambará também foi denunciado por corrupção.

Estamos vendo, Sr. Presidente, desandar uma corrupção política para o ano eleitoral de 1976. Nós, nesta Casa, sempre soubemos respeitar a integridade de cada um dos Srs. Deputados. Tanto na legislatura passada como na presente, modéstia à parte, em qualquer ocasião, soubemos equilibrar a nossa pessoa no desenrolar dos acontecimentos do Estado do Paraná.

Estamos, hoje, proferindo um modesto discurso para

comentar o que ouvimos de outros Deputados. O Deputado Muggiati Filho fez, aqui, referências à vacina contra o sarampo, que em vez de ser encaminhada ao Posto de Saúde de Arapongas que é representada aqui nesta Casa por este Deputado, foi enviada, através de ofício, ao Sr. Presidente da Câmara de Vereadores.

Isto é, na verdade, corrupção política, isto é politicagem porque o Presidente da Câmara não é médico e, portanto, não sabe se pode ser aplicada vacina de tal espécie. Com isto a corrupção política avança.

Em Cianorte, o promotor Francisco de Arieta Negrão é candidato pela sexta vez. Foi candidato a Vereador e perdeu. Foi candidato a Deputado Federal, e perdeu. Foi candidato a Deputado Estadual e perdeu. Assim, sucessivamente este homem vem insistindo em sua candidatura que, talvez, não é da simpatia do povo daquela região. Agora é candidato a Prefeito de Cianorte, para este ano de 76. Com sua politicagem, com sua corrupção, faz da promotoria de Cianorte, comitê arenista. Isto envergonha a tão honesta Justiça do Estado, o nosso Tribunal de Justiça, regido por grandes nomes e grandes desembargadores, que talvez não saibam que na promotoria de Cianorte ocorre corrupção e politicagem. Lamentável, Sr. Presidente, que isto aconteça, porque a política é uma filosofia também, que os homens nela se integram, com amor, com carinho. Não digo todos, mas há os que vêm aqui na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal, no Senado da República, nas Prefeituras, nas Câmaras de Vereadores, desenvolver suas idéias, o seu pensamento, para que possam levar ao povo algo de bom, para que possam, através das Prefeituras ou Assembléias, trabalhar em prol de uma comunidade, do seu Estado e do Brasil. Lamentável, Sr. Presidente, quando vemos homens desta espécie, que, através da corrupção política querem inserir, forçar o seu nome naquilo que o povo não aceita.

Nós temos agora, Sr. Presidente, a denunciar, fatos de municípios que representamos, o município de Cianorte, como todos os Prefeitos aqui denunciados, por Deputados, como citei, de Cornélio Procópio, de Cambará, de Jataizinho. Eu, aqui desta tribuna, no dia 20 de abril de 76 gostaria, Sr. Presidente, que fosse gravada nos Anais da Casa, em ata, gostaria de fazer uma homenagem ao Prefeito de Cianorte, Nelson Previn, Prefeito este que, desde quando assumiu a Prefeitura em 72, vem lutando com grandes sacrifícios, eis que Cianorte é uma cidade que sofre a catástrofe da erosão, cidade que, através da pujança e da luta do seu povo vai subindo aos poucos mas, sacrificada por esta erosão, abandonada pelos poderes públicos, ou seja, Governos de Estado ou então autoridades federais.

Nós, em outra legislatura usamos desta tribuna para denunciar e abrir os olhos das autoridades competentes, de que, se não fossem tomadas providências preventivas e urgentes, a cidade de Cianorte poderia ser separada ao meio, com grandes erosões. Mas, com todo o esforço, com todo o sacrifício e com a luta do Prefeito Nelson Previn, que não mediu esforços, que quando assumiu aquela Prefeitura já a assumiu com dívidas de 5 milhões, com as máquinas todas estragadas, motores fundidos, e uma série de desorganização em que ficara, para que aquele Prefeito pudesse então recuperar e reorganizar tudo no sentido de que pudesse desenvolver seu trabalho. Está aí, Sr. Presidente, mais um dos absurdos da corrupção política — quando o Prefeito pela última vez que aqui esteve, na Capital, junto comigo dirigiu-se à Secretaria dos Transportes onde falamos com S. Exa. o Sr. Secretário Osires Stenghel Guimarães, quando ficou acertado de uma vez por todas o acesso da cidade que pegaria da BR-86 através de uma avenida, que ligaria o centro da cidade.

Combinado com S. Exa. o Sr. Secretário, o Prefeito voltou satisfeito para sua comunidade, lá providenciando as máquinas e começaram então os meio-fios, as galerias, as terraplenagens e o solo-cimento. E depois disso tudo pronto, Srs. Deputados, vem

este Promotor de Cianorte com uma corrupção política que lhe é peculiar, junto deste mesmo Secretário, e resolve trocar o acesso da cidade, por uma outra avenida, que eu passo a expor através de croquis aos Srs. Deputados.

Nós gostaríamos, Srs. Deputados, de chamar a atenção dos Srs. para que observem que esta avenida pintada em vermelho já se encontra asfaltada e até este mês já isola o cimento.

E a corrupção deste arenista de Cianorte, resolveu agora, depois de dois milhões de cruzeiros, empregados neste trabalho, mudar simplesmente para uma outra avenida. Quando se vê uma erosão monstruosa que já se vem aproximando da cidade e da mesma avenida, então eu pergunto aos Srs., onde está a Lei Orgânica dos Municípios que faz reger a autoridade dos Srs. Prefeitos. Que, evidentemente, no seu Art. 20 § segundo diz o seguinte:

“Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, cabendo ao Prefeito observar a Legislação competente”.

Pois isso significa que a ARENA de Cianorte, acha que lá não existe Prefeito, que a cidade não tem seu Deputado, e não tem dono. E por aqui estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a denunciar estas irregularidades, porque não é possível que essa autoridade como Secretário de Estado, acha que Cianorte é uma cidade dirigida por um irresponsável, ou então desrespeita a Lei Orgânica dos Municípios. E lá não sairá o asfalto, conforme pensa a ARENA de Cianorte e o Sr. Secretário, com o pesar de sacrificar o povo, que ficará responsabilizado por esta própria ARENA de Cianorte, que procura destruir o trabalho benemérito deste grande prefeito de Cianorte, Sr. Nelson Previn. Pois está aí, Srs. Deputados, mais uma vez, trazendo a esta tribuna, o que acontece no Norte do Estado, quando nós procuramos com honestidade administrar o dinheiro público, dirigir os destinos de uma comunidade, dentro da honestidade, dentro da confiança que o povo nos colocou, nesta Cadeira da Assembléia Legislativa, e Nelson Previn à Prefeitura de Cianorte. Tem o aparte o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado, no que concerne à Cambará, quero solidarizar-me com V. Exa. por motivo que, tendo em mãos, documentação farta, com que o Prefeito Municipal de Cambará não deveria mais estar à testa da Prefeitura daquela cidade, daquele povo honrado e ordeiro. Quero, neste instante, solidarizar-me com V. Exa. Temos aqui, uma certidão exarada pelo Cartório do Sr. Raul Silveira Rosas, que para ler seria extenso neste aparte, mas eu posso resumir. De 51 títulos protestados na Prefeitura de Cambará, no valor de 180 mil, 186 cruzeiros, veja V. Exa. que este homem foi denunciado na Justiça deste Estado, e por um passo de malabarismo, por um passe de mágica, este homem corrupto que infelizmente pertence à ARENA, ainda continua regendo os destinos daquela cidade como Chefe do Executivo daquele povo ordeiro e trabalhador.

Veja V. Exa. que documentos não faltam, veja V. Exa. que muitas vezes a Justiça do nosso Estado falha, talvez passe de magia. Quando é arquivado um processo contra um Prefeito corrupto, como V. Exa. denuncia com fatos concretos e palpáveis um Prefeito que, para pesar nosso, pertence à ARENA, um Prefeito que deveria estar atrás das grades e responder por seus desmandos e pelo desbaratamento do dinheiro do povo.

Quería, Deputado Hélio Manfrinato, encaminhar a V. Exa. para que anexasse a outros documentos, esta certidão em que a Prefeitura de Cambará tem títulos protestados no valor de quase 200 mil cruzeiros e este sendo um dos erros, um dos crimes, fora os de peculato de que S. Exa. o Prefeito está sendo acusado.

Por isso, embora pertencendo a outro Partido, estou solidário com V. Exa. no sentido de que cesse a corrupção no Estado do Paraná e em todo o Brasil.

Queira aceitar meus parabéns quando vem denunciar fato

concreto e, por intermédio de V. Exa., o povo de Cambará há de saber que seu Prefeito é corrupto e que a Justiça, por um passe de mágica, arquivou o processo contra um homem que não é digno de estar respondendo pela Chefia de um Executivo paraense, pertença a que Partido pertencer.

Tirei cópia desta certidão no Cartório de Protestos da cidade e, como sabe V. Exa. campeia a corrupção por intermédio do Prefeito, homem que pertencia ao MDB e que hoje, infelizmente, pertence à ARENA. E a denúncia de Vereadores honestos da ARENA e do MDB daquela cidade, foi arquivada, como já disse, por passe de mágica. E faço a pergunta: onde está a Justiça de nosso Estado?

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Deputado Gabriel Manoel, agradeço pelo aparte e pela forma como tem combatido nesta Casa a corrupção, principalmente em Cambará.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de assistir nesta Casa a posse do Sr. Governador do Estado, quando a Assembléia conferia os direitos de posse a S. Exa. Estava o Sr. Governador onde se encontra neste momento a Comissão Executiva da Casa, com a fisionomia um pouco apagada, talvez pelo complexo do alto cargo que assumia naquele instante ou pelo fato de ser pessoa modesta, simples, mas gabaritada. Estava ao lado de outras autoridades, como o Presidente desta Casa, nosso Primeiro Secretário, Deputado Aginaldo Pereira Lima e Secretários de Estado.

Analisávamos psicologicamente a fisionomia do Sr. Governador e achamos, como continuamos achando, que era um homem simples, lutador, trabalhador, honesto, e que viria, na verdade, consertar um pouco dos desmandos do Estado do Paraná.

O que acontece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que talvez o Governador esteja bem intencionado, mas infelizmente, está mal assessorado. Mal assessorado por alguns Secretários, não por todos, é bom que se diga. Porque, se isso vier acontecer, se verificarmos que só existe corrupção e politicagem, viremos, desta tribuna, denunciar. Porque, a finalidade nossa, a finalidade dos Srs. Deputados, é fiscalizar.

Em virtude das catástrofes que se abateram sobre nosso Estado, principalmente as geadas, é que temos, hoje, um Paraná mais sofrido, um Paraná com seus cafezais destruídos, aqueles cafezais que eram a garantia de sobrevivência dos colonos de mãos calejadas.

E hoje, o Governador enfrentou esse estado, mandando que se plantasse soja e trigo. E vemos o Paraná verdejando, pela força da natureza, e pelo esforço dos homens de mãos calejadas, até parece ter aqui passado Deus. Porque os pinheiros que aqui nasceram, as araucárias, com seus galhos levantados aos Céus, parecem que estão agradecendo a Depous por terem nascido neste Estado. E nós também nos sentimos orgulhosos por termos nascido aqui, por termos por domicílio um Estado como este.

Este Estado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tem tudo que a natureza lhe ofereceu, o Paraná de um povo heróico, de um povo trabalhador, de um povo que não mede sacrifícios para o seu desenvolvimento. A própria geada talvez tivesse vindo em auxílio para o combate à ferrugem, pois, depois dessas geadas, a ferrugem tende a desaparecer.

O que não se pode conceber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a corrupção. Todos os homens deviam ter um ideal o ideal de bem servir ao nosso Estado, e com honestidade, denunciar os que são corruptos e procurar com que eles voltem ao caminho certo, o caminho do Direito e da Justiça, que é o caminho de todo ser humano.

Mas, como acontece com esse promotor de Cianorte, que procura corromper politicamente, isto devemos combater. Porque aqui mesmo, nesta Casa, tanto dentro da bancada da ARENA como do MDB, existem homens íntegros, como também existem muitos Prefeitos íntegros esparramados por aí

Mas, existe a corrupção política. E é porisso que aqui estamos. E quando um Prefeito como o de Cianorte que não tem medido sacrifícios, não tem medido esforços, procurando desenvolver aquela comunidade que até então não havia sido desenvolvida, tem seus passos tolhidos. E esse Prefeito às vezes, cansado de lutar às portas das Secretarias, às portas do Palácio do Governo, e volta, às vezes, de mãos vazias para seu Município mas não perde as esperanças de, até o fim de seu mandato, cumprir o que o povo lhe confiou.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, permita-me pedir um aparte a V. Exa. analisando, primeiramente, o fato de haverem os jornais da Capital analisado inteligentemente os debates de ontem, caracterizando que esses debates deveriam pertencer exclusivamente às Câmaras Municipais, porque envolve, exclusivamente também, as administrações dos municípios. Inteligentemente os editoriais de todos os matutinos desta Capital, analisaram o fato como realmente ele é. Mas a corrupção nestes últimos anos tem crescido de maneira tão aviltante, que a entrância municipal já não tem mais condições, através de seus representantes e Vereadores, de alcançar o que foi cometido de abusos, pela maioria dos Prefeitos Municipais, que recebem a cobertura da corrupção de esferas mais altas do Estado e da Federação.

Quando falava do Prefeito de Santo Antonio da Platina, já falava em entrância superior, em entrância que já se encontrava em fase de recorrência, porque a Câmara de Vereadores de Santo Antonio da Platina, pelas duas bancadas, já denunciaram sob todas as formas, já fizeram denúncias ao Tribunal, denúncias à Justiça, denúncias de todos os lados e o Prefeito de Santo Antonio está quase concluindo seu mandato, como estão todos os Prefeitos eleitos no Paraná e no Brasil.

Nenhum ato de justiça ocorreu proibindo a corrupção constante que vêm cometendo o Prefeito de minha cidade.

Recebi nestes dias mais uma denúncia formalizada por um Vereador de minha cidade de Cambará, onde discorre aquele Vereador sobre seu trabalho durante 3 anos denunciando aos 4 ventos deste País, a corrupção permanente do Prefeito. Aquele Prefeito, como sabem V. Exas, foi recentemente concenado pela Justiça comunitária da comarca de Cambará, recorrido à entrância superior, o seu processo milagrosamente foi trancado em Curitiba e ele continua corrompendo os dinheiros públicos em Cambará.

Estamos sabendo que a maioria dos Prefeitos desta Legislatura naturalmente sairão da Prefeitura para irem para a cadeia, e conseqüentemente, farão a pobreza do município, e pobreza do município é pobreza do povo, e pobreza do povo é pobreza da nação inteira.

V. Exa. faz muito bem quando analisa a condição de advogado que ocupa o posto de promotor da Justiça, que é muito mais corrupto do que advogado e que faz corrupção permitida pela própria estrutura política do Governo. V. Exa. faz muito bem em vir denunciar esses fatos, que haverão de ser ouvidos por quem de direito, pondo fim a este estado de coisas, mais perigoso do que a própria subversão, porque traz o empobrecimento geral de todo nosso interior.

V. Exa. está de parabéns. Estou com V. Exa. mesmo que tenha que ser criticado pelos órgãos de imprensa, por não ser de nossa atribuição analisar os fatos realizados pela administração municipal.

Estou com V. Exa. porque cabe a nós, única e exclusivamente a nós, como representantes do povo, sentir, manifestar e condenar, acima de tudo, essa triste corrupção que está cada dia que passa, ferindo e destruindo a economia do povo brasileiro.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Agradeço o aparte de V. Exa. e falando no Prefeito de Cambará me passou pela cabeça uma triste lembrança. Cambará parece que é terra de homens públicos corruptos, exemplo esse Prefeito — e o Deputado Gabriel Manoel e o Deputado Lúcio Machado dão aqui seu

testemunho — e esse promotor corrupto, político de Cianorte, nasceu em Cambará.

Isto é lamentável para um Município tão histórico e com cinquenta e um anos de vida comunitária.

Cambará foi o berço dos bandeirantes paulistas que adentraram no Paraná desmatando e plantando os cafezais; Cambará que tanta história tem, inclusive músicas; Cambará que ofereceu tanto ao Norte Pioneiro e ao Norte Novíssimo; Cambará é uma cidade histórica mas, infelizmente é mal dirigida, como os Srs. Deputados disseram, por um Prefeito corrupto.

Mas, falávamos em Cianorte. Cianorte tem 25 anos de fundação, com 120 mil habitantes e 100 mil eleitores na sua Comarca. Em razão de seu progresso é mal considerada a quarta comarca do Estado do Paraná e, no entanto, está abandonada pelo Governo do Estado e pelas autoridades federais.

Em Cianorte, cada chuva que cai, a erosão caminha a passos largos. Às vezes recebe a visita, muito singela, dos técnicos do DOE. Os jornais de São Paulo, de Brasília, do Rio e, mais especialmente o "Jornal do Brasil" mostraram, em clichê a erosão de Cianorte, a qual está a ponto de destruir a cidade.

Por outro lado vemos o grande capital que está sendo empregado nas obras de Itaipu, dinheiro que daria para comprar quase um outro País, não digo do tamanho do Brasil. Não resta a menor dúvida que Itaipu é uma obra que orgulha os brasileiros, porém os técnicos e os assessores não estão observando o que acontece com o arenito do Caiuá.

Tive a oportunidade de percorrer a região de Mato Grosso de Eimanbáia de Itaipu, e conhecendo já o oeste de nosso Estado no que diz respeito a erosão na região do Rio Paraná, pergunto de quem será aquele sacrifício, aquela luta? O emprego deste capital monstruoso na Usina de Itaipu não será dentro de dez anos, assoreado pelo descuido das autoridades porque, dia a dia está sendo planejado na Secretaria do Governo, um projeto. O prefeito telefona todas as semanas comunicando que a erosão está caminhando a passos largos e pede providências. Já foi decretado até calamidade pública no município de Cambará. Cada vez que os técnicos chegam lá, tiram suas medidas e, em seguida, voltam a Curitiba e a Brasília, sempre no planejamento e, enquanto se planeja, aquela erosão que lá havia, quando voltam já a mesma está em tamanho superior, ou porque não dizer, duas ou três vezes maior. Assim sendo, Srs. Deputados, se projetos que estão sendo confeccionados tanto em Curitiba como em Brasília o forem com esta demora, de 6 meses a 1 ano nós jamais iremos naturalizar aquelas erosões, porque fica só em burocracia e em estudo e a erosão, a cada chuva que cai leva mais a cidade ao caminho do abismo.

O Sr. Basílio Zanusso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Hélio Manfrinato, eu não me encontrava nesta Casa ao início do seu discurso, mas, por uma questão de justiça, quando V. Exa. se refere ao abandono de sua cidade por parte do Governo do Estado e por parte do Governo da União, eu devo prestar-lhe um esclarecimento.

V. Exa. falou de suas viagens ao Estado de Mato Grosso, e dava exemplos de suas viagens. V. Exa. conhece realmente toda a região do arenito do Caiuá, porque, inclusive, esta região vai até o Estado de Mato Grosso e também sofre os mesmos problemas erosivos que sofre o nosso Estado.

E V. Exa. falou do DOE — Departamento de Obras Especiais — transformado por lei, e V. Exa. sabe disso, em SUCEPAR órgão controlador do combate à erosão. E a sua cidade, Deputado, não está abandonada pelo Governo do Estado e nem pelo Governo da União; aliás, eu entendo que a administração pública municipal está mais afeto, e diretamente afeto ao seu Prefeito Municipal, e à sua Câmara Municipal. Também recentemente o Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento esteve no Paraná e assinou documento liberando recursos vultuosos para serem aplicados no serviço de combate e controle à erosão, a que V. Exa. se refere.

Tenho certeza de que sua cidade — Cianorte — não está excluída dentre tantas outras que serão atendidas pelos recursos do DNOS, e também da SUCEPAR, isto, em vista de um convênio existente — que também é do conhecimento de V. Exa.. Assim sendo, Sr. Deputado, eu não poderia deixar de usar esta oportunidade para dizer a V. Exa. que não poderia deixar de usar esta oportunidade para dizer a V. Exa. que o Governador do Estado está tão preocupado quanto V. Exa., com a erosão do Paraná, e muito mais do que isto, com a solução do problema que realmente vem se arrastando há muitos anos. E há uma determinação do Governador do Estado, à SUCEPAR, e na oportunidade eu estava presente, de que envidasse todos os esforços, aquele órgão, juntamente com os Prefeitos municipais, para que 100 milhões da área federal, a título de fundo perdido, dinheiro que vem e não volta mais, que os municípios não devolverão ao Governo da União, como também 80 milhões de participação do Governo do Estado, sejam aplicados ainda este ano. Porque há uma preocupação na área do Governo do Estado que não se tenha a capacidade de execução destas obras, evidentemente cumprindo os projetos existentes e os projetos em andamento, do DNOS, NOROESTE e SUCEPAR.

Porisso, por justiça digo a V. Exa. que Cianorte não está esquecida pelo Governo do Estado, nem excluída dentre tantas outras, no Projeto Noroeste, serviços que serão executados pela SUCEPAR, como disse a V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Nobre Deputado Basílio

Zanusso, eu conheço a sua luta, conheço a sua boa vontade, eu o conheço de outra legislatura quando V. Exa. lutava pelo cancro cítrico. Foi um projeto de V. Exa., e V. Exa. lutou até que chegasse em Brasília. Respeito V. Exa. pela sua luta, pela sua integridade, pela sua boa vontade em palavras, Deputado, que é como a minha e de outros, mas acontece que isso está ficando apenas no papel, os grandes encontros no Palácio Iguaçu. Nós sabemos que despesas são realizadas de Brasília a Curitiba, de jatos de ministros, de técnicos, e de forma informal sai em notícias em letras garrafais "Chegam os técnicos de Brasília", problema: Oeste do Estado".

Mas na verdade, Srs. Deputados, nada se vê até hoje. Só se comenta em jornais que o Governo manda ofícios, e assim vai se passando o tempo.

E é lamentável, o que precisa o Governo, não estou, Sr. Deputado Basílio Zanusso, menosprezando a boa vontade do Governo do Estado, como frisei há poucos minutos, está mal assessorado e faltando conhecimentos reais, dos acontecimentos lá do Oeste do Estado, principalmente da minha cidade, Cianorte. Como Tapira, Tapicaracuí, Cidade Gaúcha, Rondon, Guaporema, e mesmo na sua cidade em Nova Esperança, que também infelizmente atingida pelo arenito Caiuá. E isso, Sr. Deputado, nós já estamos esperando há três anos, poucas providências foram tomadas.

Lá apareceu alguém na época, que canalizou na verdade uma das maiores erosões de Cianorte, isso, eu dou a minha mão à palmatória. Mas existem oito erosões, uma já está a fim de levar também o cemitério, nobre Deputado. Talvez os homens que já sofreram ou viveram felizes nesta terra, não têm aquele descanso para viver numa sepultura, ameaçada por uma erosão. Eu gostaria de fazer um convite especial ao ilustre Deputado da bancada arenista, tanto do meu Partido do MDB, que chegasse em Cianorte e fossem verificar com seus próprios olhos os monstros das erosões que estão atingindo Cianorte. E fica, Sr. Deputado, só em burocracia, porque até agora não apareceu ninguém, a não ser esta erosão, a que já me referi que foram tomadas as devidas providências.

As outras sete erosões estão lá, cada dia e cada chuva, caminhando e amedrontando cada vez mais os seus habitantes.

Tem o aparte o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Obrigado.

Nobre Deputado, é justo quando V. Exa. faz as ponderações, as reivindicações do seu município, de Cianorte, mas como bem frisou o Deputado Basílio Zanusso, da preocupação do Governo do Estado, neste setor principalmente, de erosão.

Sabe V. Exa. que depende de um vulto muito grande de dinheiro na execução dessas obras, e que na realidade, o Governo tem procurado como tem trazido aqui, representantes do Ministério do Interior.

Há poucos dias, mesmo em Palácio, com a presença de Prefeitos, do Noroeste e Oeste do Paraná, foi firmado este último convênio. V. Exa. sabe que para liberação desses recursos, depende de projetos, e projetos não saem de uma hora para outra, mesmo contratando firmas particulares, é demorado.

O Governo providenciou já, um órgão especializado para cuidar deste setor. E está tomando todas as providências, isso não tem falta de conhecimento, ele conhece, está visitando todo o Paraná, e conhece perfeitamente o problema. V. Exa. que é um Deputado combativo, e tem trazido a esta tribuna matéria de suma importância, nesta tarde, V. Exa. comete, permita nobre Deputado, discordar, comete algumas injustiças.

V. Exa. disse que o Governo quando tomou posse, parece estava meio complexado quando aqui chegou. O Governo ao assumir, veio cômico das suas responsabilidades, porque teria que enfrentar para procurar dinamizar o nosso Estado e atender o povo do Paraná, este povo laborioso que tanto tem contribuído para o desenvolvimento da nossa Nação.

V. Exa. fez referência à saúde pública, sobre a comunicação ao Presidente da Câmara.

Foi feito um programa em conjunto e todos os chefes dos Distritos Sanitários receberam um relatório com a programação da aplicação da vacina. O Sr. Secretário fez a comunicação. Houve uma falha que tivemos a oportunidade de justificar, mas a sua intenção foi a de dar ciência à Câmara Municipal, aos Prefeitos, daquela programação e já têm conhecimento os chefes de distritos sanitários e médicos dos postos de saúde.

V. Exa. faz referência ao Promotor Público de sua cidade. Os atos do Promotor Público são estritos. Quando são candidatos têm que se descompatibilizar. Não quero fazer a defesa, porque nem o conheço. Mas, se existe uma falha, temos os caminhos para corrigir as irregularidades cometidas. Ainda há pouco — e estou saindo fora do assunto —, mas, ainda há pouco, o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, apresentava um requerimento, dizendo que Altônia está com os serviços concluídos e que não puderam ser inaugurados porque o Sr. Governador não marcou data para ir até lá. Quero informar que os serviços não estão ainda concluídos. Vou trazer esta semana um relatório completo da situação de Altônia. É costume da SANEPAR, tão logo concluiu os serviços, colocar em funcionamento. Nunca espera pela inauguração e, quando o Sr. Governador comparece para a inauguração, aquele serviço já está em pleno funcionamento, para evitar que na hora da inauguração aconteça qualquer irregularidade.

Na minha região inúmeras salas de aulas, logo que concluídas, são postas em funcionamento e, com a visita do Sr. Governador, é que são inauguradas. Havia urgência e elas foram entregues antes da inauguração.

O Governo está agindo com a melhor das intenções. Conheço muito bem Cianorte e é justa a preocupação de V. Exa. mas esteja certo de que providências estão sendo tomadas e não só no papel. Como disse o Deputado Basílio Zanusso, é dinheiro que vem para cá, de fundo perdido e para isso depende de uma tramitação especial, projetos completos para o atendimento.

Mas o Governo está consciente destas necessidades.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Agradeço a V. Exa. Com referência ao dinheiro que poderá ficar disponível num futuro bem longínquo, o que estou me referindo desta tribuna, não é sobre a má vontade do Sr. Governador.

Talvez ele não tenha conhecimento dos problemas em detalhes porque, Deputado Gilberto Carvalho, o meu Prefeito, os meus prefeitos, melhor dizendo vieram a Curitiba e desde janeiro estamos tentando marcar audiência com o Sr. Governador. Não sei se o Governador, talvez ele se deixou levar pela corrupção política de Cianorte em não receber este Deputado e os Prefeitos daquela cidade, para expor problemas, em croquis, em ofícios o que talvez viesse em colaboração ao seu Governo.

O que acontece, Deputados Basílio Zanusso e Gilberto Carvalho, é que são estes problemas que agravam o município.

Sobre a administração do município de Cianorte, ela vai muito bem. O Prefeito, com todo o sacrifício e esforço, está procurando fazer aquilo que é naturalmente da sua responsabilidade. Reclamamos daqui, não do Prefeito de Cianorte, mas da falta de assistência do Governo do Estado e dos órgãos federais. Deputado Gilberto Carvalho, eu jamais viria a esta tribuna para fazer críticas que não fossem verdadeiras. V. Exa. me conhece e sabe que toda a vez que assumo a tribuna o faço com documentos comprobatórios dos problemas existentes.

Com referência à erosão, vamos confiar e esperar que talvez amanhã seja concretizada aquela doença que assola Cianorte.

V. Exa. e o Deputado Basílio Zanusso disseram que eu havia dito que o Governador estava complexado.

Não, não citei isso aqui. Apenas disse que o Governador, talvez com a fisionomia modesta, com a simplicidade, ou, às vezes, complexado pelo momento de assumir a responsabilidade do Governo do Estado, com as melhores intenções, podia estar ali, na presença de Deputados, analisando o futuro, o que será o amanhã, na sua administração.

E confiamos no Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e estamos esperando que dias melhores surjam para este Paraná, este Paraná que vive da agricultura.

Mas, o que acontece é o mau assessoramento do Governo do Estado, a corrupção política que ataca Cianorte principalmente, além da erosão: uma pela natureza, outra forçada pelo próprio ser humano.

Nobre Deputado Gilberto Carvalho, V. Exa. me aparteu com palavras ponderadas e equilibradas. Mas, veja, Sr. Deputado a corrupção que citei da Promotoria de Cianorte, na verdade esse promotor não tem se licenciado. Mas, acontece que sai ano, entra ano, esse promotor continua dentro da Promotoria de Cianorte. E este é a sexta, ou sétima vez, que esse homem é candidato, sempre perdendo as eleições. E agora, com sua imponência chegou até afastar os grandes homens daquela cidade, que faziam parte da ARENA, como o Dr. Ramon Máximo Júnior e Ovídio Franzoni, colega nosso na legislatura passada, que tiveram que ficar de braços cruzados, porque a diretoria da ARENA, o Presidente da ARENA, deixou, talvez, de dar àqueles homens competentes o valor necessário, porque, com eles não havia diálogo, não havia corrupção. E agora, está a ARENA de Cianorte entregue ao promotor corrupto politicamente — gostaria de frisar para que não haja mal entendido — e acompanhado de Vereadores. E como V. Exa. diz, esses problemas deveriam ficar sob a responsabilidade da Câmara de Vereadores. Mas, infelizmente, a Câmara de Vereadores de Cianorte, os elementos da ARENA estão encabeçados pro esse Promotor, estão sendo “balão de ensaio” desse promotor que impede o desenvolvimento daquela comunidade.

É preciso que os diretórios partidários, através de seus Estatutos, da ARENA e do MDB, coloquem um ponto final nessas corrupções políticas, porque a situação como está, acabará, de uma vez por todas, desvalorizando os homens que têm assento nesta Casa, o povo acaba perdendo a confiança em seu Governador e nos homens que deverão dirigir os destinos deste Estado e deste País, amanhã.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sei se me fiz entender, gostaria que a classe jurídica, que a classe política, talvez, não na minha época mas num futuro bem próximo, que essa

juventude que surge aí neste País inteiro, tivesse uma escola política, desde os municípios até às Capitais, porque não dizer, nas Assembléias e na Câmara lá em Brasília. Que fossem homens íntegros, competentes e responsáveis nos cargos que assumirem e souberem desenvolver dentro dos preceitos constitucionais, dentro de uma linha de homens que pudessem ser invejados até por outros países, dentro de uma filosofia partidária.

Daí minha insistência hoje na tribuna, de que o brasileiro deve ser político, mas saber o que está fazendo, não suar a política em troca de benefícios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, enunato o Paraná e o Brasil e outros Estados caminham pelo desejo próprio, particular de cada cidadão político, quando será Srs. Deputados que então poderá o Brasil estar consciente de suas responsabilidades, seus homens pararão com essa corrupção como o promotor de Cianorte, pararão com os comandos políticos de alguns que não têm competência para dirigir, fazendo politicagem com a troca de inspetores e delegados de Polícia, enquanto que em municípios como Cianorte, a erosão avança cada dia.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

Nobre Deputado, esse candidato derrotado 7 vezes no seu município está nos preocupando. Nós passamos a ficar preocupados agora, porque é um péssimo candidato para representar nosso Partido naquele município e excelente candidato opositor de V. Exa. Mas quero cumprimentar V. Exa. pelo final de seu pronunciamento, quando fala em juventude: se nós estamos na vida pública, é pensando na juventude e cabe a nós, da ARENA e do MDB a juventude a participar da vida política, para que tenhamos cada vez melhores representantes na vida pública, que possam dar sua contribuição para o desenvolvimento do país.

Fiz, ontem, no meu Partido, um apelo para um trabalho conjunto, conclamando a juventude a participar na vida pública e política, para que possam estar preparados e bem representar nosso município, nosso Estado e nosso País. Todos nós devemos nos preocupar. Se estamos aqui, hoje, é pensando no futuro, é pensando na juventude e esse trabalho é nosso, devemos fazê-lo conjuntamente.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte?

Com referência a Cambará, nobre Deputado, evidentemente que pela grandiosidade daquele município, e a operosidade daquele povo, realmente aquela região merece uma administração pública atuante e conceituada. Lamentamos profundamente esse desacerto que ocorre na administração pública daquele município. Quanto a Cianorte, conhecemos o Prefeito Nelson Prendim e sabemos o trabalho profícuo que tem desempenhado na direção dos destinos dessa grande cidade. Evidentemente, apesar da política municipalista estabelecida pelo Governo Federal não trazer resultados...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa que falta 1 minuto para o encerramento do Expediente.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Obrigado.

O Sr. Valter Pietrângelo — Mas, Sr. Deputado, reverenciamos o trabalho do Prefeito Nelson Prendim, realizado em Cianorte e o trabalho de V. Exa. representando de maneira nobre e digna aquela cidade. Com referência ao assessoramento do Governador Jayme Canet, isto V. Exa. afirmou e deve ser uma realidade. Os exemplos estão aí, 1495, visitas estéréis e politicamente do Sr. Governador à região.

É bom lembrar aqui que o Prefeito de Terra Rica, há alguns meses, nos dizia estar completamente amargurado por não poder atender as reivindicações legítimas de sua gente. Está ele com um projeto já protocolado na Secretaria do Estado, há meses, com promessas as mais maravilhosas da Secretaria da Administração do Governo do Estado e nada; apesar do Projeto estar lá, nada ainda foi feito.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao Sr. Deputado que se encontra na tribuna, que está esgotado o tempo que tinha para falar na Hora do Expediente.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Comprometo-me a voltar em outra oportunidade para concluir o meu pensamento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 01/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e o Ginásio Estadual Dr. Sadbok de Sá, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 72/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação de melhoria, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel. Parecer CONTRÁRIO da CCJ. e favoráveis da CF e COPTC. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 149/75, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo, declarar de utilidade pública, todas as áreas do Território Paranaense cobertas por matas virgens e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e CJ., em regime de urgência. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 170/75, de autoria do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública, o Lar dos Velhinhos — Sociedade Beneficente, com sede na cidade de Maringá. — Pareceres favoráveis da CCJ e CJ. — Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 17/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 05/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Assaí, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Colégio Estadual Conselheiro Carrão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 84/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que partindo da BR-277, passa pela sede do município de Catanduvas e pelo distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu. Parecer CONTRÁRIO da CCJ. e favoráveis da CF e COPTC. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 18/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 06/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Atalaia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Humberto de Campos, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ. Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 18/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 06 de

outubro de 1975, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Atalaia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Humberto de Campos, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Nilso Sguarezi — relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 06/76

Acompanhado da Mensagem Governamental nº 154/75, de 16 de dezembro de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Atalaia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Humberto de Campos, na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto — presidente
Nilso Sguarezi — relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria da Educação e Cultura, criar uma Inspeção de Ensino no município de Terra Roxa, com jurisdição no mesmo e no município de Guaíra. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ e CIP e como sugestão ao Poder Executivo da CF.

Projeto de Lei nº 97/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, uma Inspeção de Ensino, no município de Terra Roxa, com jurisdição no Município de igual nome e Guaíra.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor, na sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de agosto de 1975.

(a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Terra Roxa, localizado ao Oeste Paranaense, vem se destacando, pelo seu crescimento populacional e agrícola, num dos melhores da região.

Seu potencial e desenvolvimento estudantil caracteriza a verdadeira necessidade da criação e instalação da devida Inspeção.

O fator mais sério justifica-se pelas péssimas estradas existentes na região, tornando-se intransitáveis por ocasião de chuvas, que constantemente encontram-se veículos de carga pesada, encravados.

A Inspeção de Ensino de Marechal Cândido Rondon pelos motivos acima deixa de dar assistência devida, para o Ensino daquela região.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 97/75

O ilustre Deputado Ernesto Gnoato, com o projeto de lei ora em exame, pretende criar uma Inspeção de Ensino no mu-

nicipio de Terra Roxa, com jurisdição no mesmo município e no município de Guaíra.

A intenção é boa mas o procedimento legislativo é inconstitucional.

A competência de iniciativa, neste caso, é exclusiva do Senhor Governador. (Alínea "b", parágrafo 1º do artigo 25, da Constituição Estadual).

O parecer é contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

(aa) Accioly Neto — presidente
Luiz Roberto Soares — relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 97/75

A iniciativa do ilustre Deputado Ernesto Gnoato é digna de elogios embora encontrando parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, quanto a sua constitucionalidade, somos de parecer que o mesmo se transforme em sugestão e também executado, pois nenhuma outra pessoa, a não ser o Deputado Ernesto Gnoato, conhecia e conhece a falta dessa Inspeção e justo se torna que o Governo atenda essa solicitação.

Sala da Comissão, em 30 de setembro de 1975.

(aa) Quielise Crisóstomo — presidente
Luiz Carlos Zuk — relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei nº 97/75

De autoria do nobre Deputado Ernesto Gnoato, o presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a criar no município de Terra Roxa, uma Inspeção de Ensino.

Sobre o Projeto já manifestaram-se as ditas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, contrariamente, face a sua inconstitucionalidade.

No âmbito dessa Comissão, temos que embora a sua justificativa nos convençam da sua oportunidade, tal Proposição deveria ter sido apresentada através de seu autor, como sugestão ao Poder Executivo, o que terá o nosso irrestrito apoio.

Isto exposto, nos manifestamos contrariamente ao Projeto. É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Rosário Pitelli — presidente
Nelson Buffara — relator

Em votação o Projeto. — Rejeitado. — Aprovado o parecer das Comissões competentes para que se encaminhe o projeto como sugestão ao Poder Executivo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 100/75, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que autoriza o Poder Executivo conceder Pensão mensal correspondente a 1/3 um terço do salário mínimo da Capital, à Maria Machado de Faria, viúva de ex-Inspeção de Quarteirão da Delegacia do Quinto Distrito desta Capital. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ e CF.

Projeto de Lei nº 100/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal correspondente a 1/3 (um terço) do salário mínimo da Capital, a MARIA MACHADO DE FARIA, viúva do Júlio Ribeiro de Faria, ex-Inspeção de Quarteirão da Delegacia de Polícia do Quinto Distrito da Capital.

Art. 2º — A despesa com a execução da presente Lei correrá à conta da verba orçamentária própria.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1975.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo que o Estado ampare viúvas daqueles que dedicaram uma vida auxiliando a Administração Estadual, sem que, recebessem qualquer pagamento.

O Sr. Júlio Ribeiro de Faria, sofria de Epilepsia, face a sua doença não tinha vínculo empregatício algum, e não deixando amparo a sua viúva e quatro filhos menores.

O extinto, dedicou por 23 anos como Inspetor de Quarteirão na Delegacia do Quinto Distrito da Capital, conforme atesta a certidão anexa, onde era considerado por aqueles que o conheciam, como pessoa digna de respeito.

É tão calamitoso o estado em que se encontra a beneficiária, que não possuindo casa própria e nem podendo pagar aluguel, mora em uma meia água, localizada no terreno onde será edificado futuramente o prédio da Delegacia do Quinto Distrito.

A pretendente não tem rendimentos fixos, vive de favores ou pequenos rendimentos de serviços diários, quando assim os consegue, para o sustento de seus filhos menores.

Face ao exposto, levamos a consideração dos ilustres Pares, o presente Plano de lei.

Comissão de Constituição e Justiça
Parecer ao Projeto de Lei n.º 100/75.

De autoria do nobre Deputado Werner Wanderer, o Projeto de Lei n.º 100/75, visa autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Sra. Maria Machado de Faria, viúva do ex-Inspetor de Quarteirão da Delegacia de Polícia do Quinto Distrito desta Capital.

Embora tenhamos como das mais meritórias as intenções do legislador, tal projeto de lei encontra barreiras constitucionais, já que os artigos 25 e 35 da Constituição preceituam que iniciativa de Leis que alteram ou comprometem o orçamento do Estado, são de competência exclusiva do Senhor Governador do Estado.

Sugerimos que tal proposição seja encaminhada, acompanhada de sua justificativa e da documentação anexa, à S. Exa. o Senhor Governador do Estado, para que tal pretensão seja atendida através de Decreto Governamental.

Nessas condições, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei n.º 100/75, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em.....

aa). Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

Comissão de Finanças
Parecer ao Projeto de Lei n.º 100/75

- 1— Visa o presente plano de lei, de autoria do ilustre Deputado Werner Wanderer, autorizar o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Sra. Maria Machado de Faria, viúva do ex-Inspetor de Quarteirão da Delegacia de Polícia do Quinto Distrito desta Capital.
- 2— Referido projeto merece da douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer contrário, sugerindo que tal pretensão seja encaminhada ao Sr. Governador do Estado, para que a mesma seja atendida através de Decreto do Poder Executivo.
- 3— Em que pese a nobre intenção do autor da presente proposição, entendemos que a matéria, em razão da competência, contraria frontalmente dispositivos da Constituição Estadual.
- 4— Por esta razão, opinamos pela rejeição do aludido projeto.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1975.

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator.

Em votação.— **Rejeitado o Projeto. Aprovado o parecer da Comissão de Constituição encaminhando como sugestão ao Poder Executivo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Ferdmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Stivelberg.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de determinar ao INCRA, para que a taxa do FUNRURAL, seja recolhida nas transações de compra de imóvel rural em nome do comprador.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado apelo à Direção do Banco Central, em apoio à solicitação feita em discurso pronunciado na Câmara Federal pelo Sr. Deputado Norton Macedo, e publicado no jornal "Diário do Paraná", com referência as sub-agências.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja revogada pela Superintendência Nacional de Abastecimento, da portaria que proibiu a inclusão de gorjetas para os garçons nas notas de despesas em hotéis e restaurantes.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que autoriza ao DNER, a revisar e reparar a rodovia BR-476, no trecho compreendido entre São Mateus do Sul até a Capital.- **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Piétrangelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que visite o município de Altônia.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para discutir.
O SR. PRESIDENTE — A discussão fica transferida para a próxima sessão.

Lembramos os Srs. Deputados, que a Hora do Expediente da sessão da próxima quinta-feira será destinada à Sessão Especial, em homenagem ao Descobrimento do Brasil, quando falarão, pela ARENA, o Sr. Deputado Rosário Pitelli e pelo MDB, o Sr. Deputado Otássio Pereira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22 quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 17/76 e de Lei 84/75.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 18/76.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 19/76, 20/76, 21/76 e de Lei 161/75.

marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 23, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL:

dos Projetos de Resolução 253/75, 254/75, 1/76, 2/76 e de Lei 15/75, 62/75, 104/75, 166/75, 168/75 e 172/75.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que haverá uma sessão extraordinária, hoje dia 22, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 12/76.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 16/76.

e ainda uma sessão extraordinária, para o dia 23, sexta-feira, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 22/76.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 164/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1743/76, de 16 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E

I— mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MARCOS UNIGA, matrícula 424, ocupante do cargo de nível PL“20”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II— mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 7 de fevereiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias contadas em dobro pelo Decreto Legislativo 89, de 06 de março de 1972;;

e,
III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 7 de fevereiro de 1976; data em que completou quinze anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, 05 de abril de 1976

Paulo Affonso Alves de Camargo

Presidente

Aguinaldo Pereira Lima

1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 165/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 624/76, de 30 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts. segundo e quarto da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RONALDO LOPES LINHARES, matrícula 086, ocupante do cargo de nível PL“29”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias referentes aos anos de 1973 e 1975, que deixou de gozar, e;

II — mandar incorporar para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio compreendido entre 17 de outubro de 1970 a 17 de dezembro de 1974; antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 05 de abril de 1976.

Paulo Affonso Alves de Camargo

Presidente

Aguinaldo Pereira Lima

1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 167/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1248, de 24 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI, ocupante do cargo de Advogado, nível PL“30”, do Grupo Ocupacional de Direito, matrícula 386, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, 05 de abril de 1976

Paulo Affonso Alves de Camargo

Presidente

Aguinaldo Pereira Lima

1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 168/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 334/76, de 21 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E

incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ CHECHELISKI, matrícula 393, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL“19”, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial não gozada, relativa ao segundo quinquênio de efetivo exercício de suas funções, compreendido entre 10 de maio de 1970 e 10 de março de 1973, antecipado ante a incorporação do dobro da licença especial não gozada no quinquênio anterior, a contagem em dobro das férias de 1971; 1972; 1973 e 1974, e a contagem do período em que prestou serviço militar obrigatório.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 05 de abril de 1976

Paulo Affonso Alves de Camargo

Presidente

Aguinaldo Pereira Lima

1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 169/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 479, de 26 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em

favor de EDISON CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula 557, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de abril de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º SECRETÁRIO

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 170/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 601, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MARIA IGNÉSIA CAVALARI FAGUNDES, ocupante do cargo de nível PL "18", matrícula 219, de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de abril de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 171/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 733, de 3 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JONAS ZAMPIER, ocupante do cargo de nível PL "20", de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, matrícula 339, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de abril de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 172/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 679, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174m de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, ocupante do cargo de nível PL "17", de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, matrícula 211, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois meses (02), correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 173/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 606, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de GENIR DOS SANTOS FERNANDES, ocupante do cargo de nível PL "15", de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, matrícula 199, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1974, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 05 de abril de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 174/76

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 694, de 2 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LELIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, matrícula 102, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1.º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2.º Secretário

Decreto Legislativo nº 160/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 614/76, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SOFIA KOLOSOVSKI, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, matrícula 528, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de outubro de 1970 e 01 de fevereiro de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1970, 1971, 1972 e 1973, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei, a partir de 01 de fevereiro de 1974, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31/03/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 161/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 800/76, de 05 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar o Diretor Geral a contratar, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, para prestar serviços de Operador junto ao equipamento de processamento de dados, do Departamento de Finanças, o senhor ALCIONE GUILHERME CORDEIRO WEISS, com salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 01/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 162/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nºs 423 e 688, de 22 de janeiro e 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de BELMIRO MARTIN, matrícula 282, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) meses e vinte e cinco (25) dias, compreendido entre 01 de maio e 26 de dezembro de 1940 em que prestou serviços ao Exército Nacional;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de dois (02) anos, correspon-

dente ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro e segundo decênios, compreendidos, respectivamente, entre 01 de fevereiro de 1948 e igual data de 1958 e entre 01 de fevereiro de 1958 e 01 de fevereiro de 1967;

III — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 01 de fevereiro de 1967 e 01 de dezembro de 1970, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes ao ano de 1967, contadas em dobro; e,

IV — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 01 de dezembro de 1973; data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 163/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2078/76, de 23 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

designar NEVINHA MARIA CARDOSO, matrícula 595, e JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, matrícula 518, ocupantes do cargo de nível PL "20" e "21", respectivamente, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercerem as funções de Auxiliares de Gabinete, no Gabinete da 1ª Vice-Presidência, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente
Aguinaldo Pereira Lima — 1º Secretário
Maurício Roslindo Fruet — 2º Secretário

Decreto Legislativo nº 166/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1157/76, de 20 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo 2º da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula número 161, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de abril de 1976.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA
1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET
2º Secretário